

O BRASIL NO HAITI: EXPORTANDO A “VISÃO BRASILEIRA” DE CONSTRUÇÃO DA PAZ

Conforme visto no capítulo anterior, o fim da década de 1980 e início da de 1990 marca a retomada do processo democrático brasileiro. Considera-se que o auge deste momento ocorre com a promulgação da Constituição Federal de 1988. Em seu artigo 4º, a Carta Magna brasileira prevê os instrumentos legais que regem todas as relações internacionais do País, independente da instituição burocrática que a execute:

“A República Federativa do Brasil rege-se nas suas relações internacionais pelos seguintes princípios:

- I** - independência nacional;
- II** - prevalência dos direitos humanos;
- III** - autodeterminação dos povos;
- IV** - não-intervenção;
- V** - igualdade entre os Estados;
- VI** - defesa da paz;
- VII** - solução pacífica dos conflitos;
- VIII** - repúdio ao terrorismo e ao racismo;
- IX** - cooperação entre os povos para o progresso da humanidade;
- X** - concessão de asilo político.” (BRASIL, 1988, art. 4º.)

Como pode ser percebido, ainda que apenas formalizados em 1988, os 10 incisos do capítulo acima representam a consolidação de princípios que foram defendidos ao longo da história da PEB, conforme abordado no capítulo anterior desta dissertação:

“Indeed, Article 4 of the Brazilian Constitution enshrines a series of principles as the bases of the country’s conduct, such as, inter alia, the peaceful resolution of conflicts, human rights, self-determination and the defence of peace.” (KENKEL, 2010, p.653)

A conjuntura internacional do pós-Guerra Fria, no entanto, trouxe nova onda intervencionista, como visto no capítulo 2. No caso brasileiro, observa-se que a busca por maior inserção internacional faz com que o País relativize alguns dos seus princípios de política externa, como, por

exemplo, o da não-intervenção¹, ainda que isso, conforme será visto mais adiante, não implique em grandes modificações nos princípios da PEB:

“Com medo de ficar isolado e de olho nas transformações sociais internas, a política externa aceitou missões em que a comunidade internacional suspendeu parcial ou totalmente a soberania do país em questão, como no Timor Leste ou no Haiti.” (SPEKTOR, 2012)

Destaca-se ainda que, mesmo que não diretamente explícito, pode-se entender o inciso IX como o compromisso brasileiro para com o desenvolvimento das nações. Dessa forma, reitera-se aqui que as políticas para o desenvolvimento internacional encontram-se entre os princípios basilares de nossa política externa contemporânea.

Por meio deste capítulo buscarei argumentar que a “visão brasileira” para construção da paz vem sendo constituída por iniciativas que perpassam a esfera puramente militar, tornando-se assim cada vez mais distinta das iniciativas adotadas pela “visão tradicional”. O envolvimento brasileiro neste assunto se dá de forma multidimensional e reflete princípios históricos de nossa política externa, buscando – cada vez mais – consolidar uma política externa solidária e menos impositiva.

O presente capítulo será dividido em 4 partes. Na primeira, e de forma a consolidar o argumento iniciado no primeiro capítulo, mas também para reforçar as ideias presentes nesta dissertação e, em especial, para se contrapor à visão aplicada pelo Brasil sobre o tema, será feita uma exposição sobre a “visão tradicional” de construção da paz. Em seguida, antes de entrar especificamente na “visão brasileira”, e de modo a fazer uma conexão entre a teoria analisada no capítulo 1 e o caso empírico que será aqui abordado, serão expostos os atores burocráticos da PEB que tratam da interdependência entre segurança e desenvolvimento. A terceira seção será dedicada à “visão brasileira” sobre segurança e desenvolvimento, de modo a demonstrar de que forma as iniciativas do País sobre essa intercessão entre segurança e

¹ Sobre o princípio da não-intervenção, Seitenfus, Zanela e Marques (2007) afirmam que: “Desde o século XIX, o Princípio da Não-Intervenção tem acompanhado a atuação externa brasileira. Num primeiro momento, se o defendeu com vistas à manutenção de sua independência da antiga metrópole e, logo, com o redesenhar do mapa de forças internacional, a invocação de tal pilar da política externa teria seu sentido transmutado para expressar a salvaguarda contra a investida de potências estrangeiras.

desenvolvimento são operacionalizadas e tentando reiterar o argumento de que a proposta brasileira é oposta à tradicional. Por fim, e com o intuito de demonstrar empiricamente a “visão brasileira”, será feita uma análise da participação do Brasil na recente crise haitiana, com um breve histórico dos acontecimentos que desencadearam a crise política, econômica e sócio-humanitária naquele país no ano de 2004.

4.1

A visão tradicional para a construção da paz

No capítulo 2, foi mostrado o conceito de *peacebuilding* e o contexto em que surgiu dentro da ONU. A adesão a esse tipo de operação, no entanto, ultrapassou a esfera das Nações Unidas e diversos países e agências de desenvolvimento incorporaram essa nova tratativa para as questões de segurança em suas políticas de defesa:

“Key governments began to revise their own security and development policies with a view to incorporating peacebuilding objectives by bringing together relevant departments and ministries responsible for defense, trade, foreign affairs and development assistance. Ironically, the National Security Strategy of the United States, published in September 2002, is perhaps the most comprehensive document in establishing the linkages between military, diplomatic and developmental objectives and instruments.” (TSCHIRGI, 2003, p.4)

E ainda:

“The UN and Northern-based development agencies have increasingly recognized that peacebuilding should be an important development concern; that the focus should move beyond post-war challenges to also addressing the roots and triggers of instability in order to minimize the potential for violent conflict; and that a truly multidimensional approach is required (encompassing ambitious political, security, justice, and socio-economic initiatives), with effective coordination within and between governments, international institutions, and NGOs.” (IPA, 2004, p.4)

O conceito de *peacebuilding* mostra-se, dessa forma, como uma forma de operacionalização, pela ONU e demais atores que o aplicam, dos atos de fala de segurança. Retoma-se ainda com esse conceito a ideia de securitização criada pela Escola de Copenhague.

Ainda que não haja um consenso sobre o conceito de *peacebuilding* não se pode negar que as propostas nele contidas estão embebidas em

um projeto liberal. O liberalismo político- fonte inspiradora para o conceito elaborado pela ONU- tem por base um contrato social² entre os indivíduos e um governo, representativo e benevolente, que conta com instituições democráticas e transparentes que refletem esses valores liberais. Direitos econômicos e sociais também se mostram como grandes preocupações nessas sociedades (RICHMOND, 2008, p.23).

Dessa forma, ao se atribuir às operações de *peacebuilding* atividades como reforçar o Estado de direito³, combater os abusos de direitos humanos, promover assistência técnica para um desenvolvimento democrático, dentre outras (ONU, 2000, par.13), percebe-se um teor liberal permeando as atividades da Organização, cujo objetivo principal, conforme aqueles expostos em sua Carta, é o de impedir a recorrência de conflitos armados.

Diversos são os autores que tratam dessa relação entre as ações de *peacebuilding* e os componentes de uma paz liberal. Deve-se ressaltar, no entanto, que a maioria desses estudiosos recorre a uma postura crítica acerca dessa interação. Para Biersteker (2007), por exemplo:

“(...) *peacebuilding* is broadly constituted on the premise that democratic institutions and market mechanisms will ultimately provide the stable foundations for peace, both internally and externally. The theoretical underpinnings of the Peacebuilding Commission are profoundly liberal, even if they are not explicitly articulated as such. Support for respect of human rights, the promotion of the rule of law, the construction of representative institutions with periodic elections, the creation of forums for popular participation in politics and encouragement of the emergence of a vigorous and free media are all components of *peacebuilding* efforts, as well as of the construction of a liberal society. The active and engaged participation of the international financial institutions, a central aspect of the mandate of the Peacebuilding Commission, will inherently reinforce the emergence and strength of market institutions.” (Ibid, p.39)

Para Mac Ginty e Richmond (2007, p.493): “The liberal peace has become the fulcrum upon which the legitimacy of post-war *peacebuilding* rests, in ever more intimate and invasive forms.” Em artigo posterior, Richmond continua afirmando sua postura crítica na relação entre o paradigma liberal e as ações de *peacebuilding*:

² Retoma-se aqui a teoria liberal clássica de Adam Smith, John Locke e outros.

³ Tradução livre para o termo em inglês: “rule of law”.

“The discourses of peace implicit in the liberal paradigm of peacebuilding has been shown to be varied, from crude to cosmopolitan, but they are unable to engage with acute alterity, and generally ignore the local and its political, economic, social, customary, cultural, and even spiritual dynamics.” (RICHMOND, 2009, p.1)

O grande argumento dos críticos da relação entre paz liberal e *peacebuilding* reside no argumento de que a “imposição” desses valores ocidentais não necessariamente levaria a uma paz duradoura: “This liberal bias has been the subject of considerable commentary in recent years, particularly since it might not promote peace” (BARNETT et al., 2007, p.51). Existem, de fato, dados da própria ONU que corroboram para tal receio:

“Scores of UN officials have first-hand knowledge of the discouraging frequency with which negotiated settlements re-erupt into armed conflict, and it has been widely observed that countries return to violent conflict within five years of the successful negotiation of a peace settlement nearly 50% of the time.” (BIERSTEKER, 2007, p.37)

Além disso, são crescentes as desconfianças acerca das verdadeiras motivações que levam determinados Estados (especialmente os do Norte), a se envolverem em ações de *peacebuilding*. É nesse sentido que Barnett chama atenção para o fato de que: “Arguably, when the Bush administration thinks of peacebuilding it imagines building market-oriented democracies” (BARNETT et al., 2007, p.44). Mais profundas ainda são as críticas que ligam as práticas de *peacebuilding* a uma nova forma de imperialismo, entendidas como um meio para explorar e subjugar as sociedades locais (PARIS, 2010, p.2).

As críticas presentes nos estudos de internacionalistas importantes como as de Richmond e Paris podem ser entendidas como exemplo claro da insatisfação de grande parte da comunidade internacional com a forma tradicional de tentativa de resolução de conflitos e de busca da construção da paz. Tem-se aqui o cuidado de se evitar generalizar os fatos. Sabe-se, conforme exposto no capítulo 2, que alguns avanços foram obtidos com a implementação, por exemplo, de programas de DDR. Ainda assim, ficam evidentes as inúmeras falhas que essa “visão tradicional” de resolução de conflitos ainda possui na prática. Por esse motivo, acredita-se que a participação brasileira no Haiti serve de

exemplo para demonstração de um modelo de aplicabilidade de ações de construção da paz que foge aos padrões de imposição de uma ordem liberal/ocidental, ou seja:

“(...) a more sequenced, slower-paced, and strategic peacebuilding project that emphasizes the establishment of security and stable institutions before seeking the prize of liberalization and democracy.” (BARNETT et all, 2007, p.51)

4.2

Os atores burocráticos da PEB e a interdependência entre segurança e desenvolvimento

No segundo capítulo desta dissertação foram apresentadas as abordagens teóricas escolhidas para sustentar os argumentos aqui presentes. A opção por se trabalhar com a Análise da Política Externa se deu pelo fato de que o estudo sobre a relação entre segurança e desenvolvimento na PEB e a apresentação da “visão brasileira” teriam de, obrigatoriamente, envolver a participação dos principais formuladores desta política externa. Nesta seção, busca-se realizar a conexão entre a teoria e a prática, apresentando os principais atores brasileiros da política externa que defendem a temática desta dissertação.

Conforme mencionado previamente no capítulo 1, a política burocrática, ou governamental, auxilia na melhor compreensão do palco em que os atores da PEB atuam⁴. Foi visto que esse palco é constituído de uma arena complexa e com múltiplos atores, fator que torna as escolhas burocráticas ainda mais difíceis. Além da multiplicidade de atores, o trabalho de Allison e Halperin nos possibilita entender que as conjunturas interna e sistêmica também se mostraram determinantes para a consolidação do discurso de nexos entre segurança e desenvolvimento na PEB. No caso da primeira, refere-se à consolidação da democracia representativa e da estabilidade econômica alcançada no início do século XXI. Em relação à segunda, faz-se menção ao recrudescimento de

⁴ Neste caso, o principal interesse está relacionado ao palco de ação dentro da discussão sobre segurança e desenvolvimento na PEB.

conflitos em diversos locais do mundo e à dificuldade de se obter a paz duradoura pelas vias tradicionais de resolução de conflitos.

No caso brasileiro, e para fins deste trabalho, os múltiplos atores seriam, além do Presidente da República (Lula), que tem prerrogativa constitucional para lidar com os assuntos internacionais, o Ministro das Relações Exteriores (Celso Amorim), o Ministro da Defesa (Nelson Jobim) e o Assessor para assuntos internacionais da Presidência da República (Marco Aurélio Garcia). Essa multiplicidade de atores é, inclusive, reconhecida pelo próprio Ministro das Relações Exteriores do governo Lula:

“A política externa não é só de responsabilidade do Itamaraty, ou mesmo do Governo (...) Para definir o interesse nacional em cada situação concreta, reforçarei a coordenação com outros órgãos governamentais e com os diversos setores sociais (...) e entidades da sociedade civil.” (AMORIM, 2003)

Os quatro acima mencionados seriam os principais responsáveis por levar adiante essa “visão brasileira” de interdependência entre segurança e desenvolvimento. Isso ficará evidente, como será visto adiante, com os esforços empreendidos para que o Brasil participe da Missão de Estabilização da ONU no Haiti (MINUSTAH). Há, claramente, uma conjugação de esforços contra aqueles que por anos defendiam uma visão tradicional da segurança.

É sabido que a ascensão ao poder do Presidente Lula implicou fator determinante para a implementação do discurso que incorpora, definitivamente, o desenvolvimento à segurança como princípio da política externa do Brasil. A importância que a gestão Lula dá a essa temática torna-se evidente antes mesmo de sua posse, quando afirma que:

“Neste século, é necessário construir uma ordem mundial mais pacífica e solidária, com desenvolvimento e justiça social (...) Para nós, a paz e a segurança, a estabilidade político-institucional, o avanço da democracia e a maior integração da economia global são inseparáveis do desenvolvimento e da justiça social.” (LULA DA SILVA, 2002)

Posteriormente, por ocasião da LIX Assembleia Geral das Nações Unidas, o Presidente destacou que:

“Da crueldade não nasce o amor. Da fome e da pobreza jamais nascerá a paz. O ódio e a insensatez que se alastram pelo mundo nutrem-se dessa

desesperança, da absoluta falta de horizontes para grande parte dos povos.” (LULA DA SILVA, 2004)

O Chanceler Celso Amorim, em seu discurso de posse também reiterou a importância da interdependência entre segurança e desenvolvimento como princípio de política externa do novo governo que se iniciava:

“Coerentemente com os anseios manifestados nas urnas, o Brasil terá uma política externa voltada para o desenvolvimento e para a paz, que buscará reduzir o hiato entre nações ricas e pobres, promover o respeito e a igualdade entre os povos e a democratização efetiva do sistema internacional. Uma política externa que seja um elemento essencial do esforço de todos para melhorar as condições de vida do nosso povo, e que esteja embasada nos mesmos princípios éticos, humanistas e de justiça social que estarão presentes em todas as ações do governo Lula.” (AMORIM, 2003)

Assim como Lula e Amorim, o Assessor para assuntos internacionais da Presidência da República, Marco Aurélio Garcia também irá reforçar a importância dessa “visão brasileira”. Ao ser questionado sobre a participação do País na MINUSTAH responderá que:

“Nós estamos fazendo isso, em primeiro lugar, porque nós incorporamos a solidariedade como valor a ser defendido na nossa política externa. Da mesma forma que nós buscamos a defesa da paz, defesa dos direitos humanos, relações internacionais menos assimétricas, menos desequilibradas, temos também como um dos valores a solidariedade. O Haiti é um país com o qual nós temos grande afinidade, é um país de população negra, como é o caso do Brasil.” (GARCIA, 2009)

Até mesmo o Ministério da Defesa, irá apresentar discurso convergente com aquele da incorporação do desenvolvimento na segurança, demonstrando a maturação das estratégias que se iniciaram no período militar, conforme visto no capítulo 3. O então Ministro Nelson Jobim ressalta, por exemplo, as diferenças entre a visão brasileira e a tradicional: enquanto aquela se pauta na busca pela manutenção da paz, como ocorre no caso do Haiti, esta se foca em fazer a paz, ou seja, em agir apenas aonde os interesses nacionais tenham sido lesados, dando carta branca para intervenções militares. O Brasil, afirmou o Ministro, não compactua com tal abordagem (JOBIM, 2011).

Dessa forma, fica perceptível a existência de uma coalizão entre os discursos de atores burocráticos da política externa brasileira e que,

articulados ao do Presidente Lula, unem forças para defender uma política externa pautada pela inserção do desenvolvimento no discurso de segurança. Esses discursos serão a tradução daquilo que aqui chamo de “visão brasileira”.

Finalmente, acredita-se que os atores governamentais brasileiros, a fim de estabelecer os princípios de interdependência entre segurança e desenvolvimento, têm feito uso dos atos de fala. Faz-se essa afirmação levando-se em conta o exposto por Balzacq (2005) - e previamente citado no capítulo 1- sobre esses atos, em contraposição ao discurso de ação estratégica. Assim, a “visão brasileira” poderia ser considerada um ato de fala por buscar alcançar princípios universais enquanto que a “visão tradicional” se pautaria em discursos de ação estratégica, uma vez que faz uso de metáforas (Eixo do Mal, por exemplo), mexendo com as emoções e estereótipos.

4.3

A “visão brasileira” sobre segurança e desenvolvimento como contraproposta à “visão tradicional”: operacionalização

Desde a retomada da democracia brasileira, mas particularmente nos últimos anos do governo Fernando Henrique (FHC), foi possível verificar uma postura mais proativa do Brasil no cenário internacional. Por meio da diplomacia que tinha por base a “autonomia pela participação”⁵, os responsáveis pelas decisões de política externa adotaram uma pauta de desenvolvimento com ações estratégica. Diferentemente do período anterior⁶, a inserção internacional deu-se não pela crítica, mas pela tentativa de influenciar na construção de um sistema internacional mais justo e igualitário, ainda que tenha passado por algumas limitações, fruto do contexto sistêmico (VISENTINI & SILVA, 2010):

⁵ Por autonomia pela participação entende-se: “a manutenção da “margem de manobra” com a ampliação da interdependência econômica”. (VIGEVANI & CEPALUNI, 2007,p.276)

⁶ Aqui faz referência ao período da “autonomia pela distância”.

“It is important to highlight that some features in the current Brazilian foreign policy have begun during Fernando Henrique Cardoso’s terms in office. Nevertheless, he was severely restrained on his intentions due to internal difficulties and the international crisis at the time.” (Ibid, p.68)

Foi apenas no mandato de Luiz Inácio Lula da Silva⁷ que o Brasil passou a desenvolver, de forma mais sistemática, uma política externa proativa e que buscava convergir os atos de fala da segurança aos do desenvolvimento. Isso é resultado, em grande parte, do crescimento, dentro das esferas burocráticas do Governo Federal, particularmente no Ministério das Relações Exteriores, de um grupo⁸ que defendia essa nova abordagem para a política externa brasileira. Desde a ascensão de Lula ao poder, essa tem sido a vertente dominante nos assuntos externos de nosso país e que explica, por exemplo, suas ações recentes em países que passam por conflitos:

“Um exemplo de nossa solidariedade com os países mais vulneráveis da região é o nosso compromisso com o Haiti. Decidimos integrar a Missão de Estabilização das Nações Unidas naquele país caribenho, assumindo o comando militar da operação. Adotamos um enfoque multidimensional-inovador em Operações de Paz da ONU- que, sem descuidar da segurança, tem enfrentado, apesar das grandes dificuldades, as causas políticas e sociais da instabilidade. O Brasil não poderia permanecer alheio a uma situação de verdadeira falência do Estado no Haiti, com provável repercussão em toda a região. Moveu-nos uma solidariedade ativa, ou seja, a não-indiferença.” (AMORIM, 2008)

A introdução do modelo chamado de Estado Logístico⁹ é que tornará decisiva essa participação mais ativa. O Brasil abandona de vez o Estado desenvolvimentista, deixando de ser um mero espectador, e passa a atuar de forma presente no cenário internacional:

“This post-developmental model of governmental organization, formulated in theory by Amado Cervo, aims to overcome the asymmetries

⁷ O professor Amado Cervo reconhece que esse movimento começa no fim da gestão de Fernando Henrique, no entanto, é apenas com Lula que se dá um passo decisivo em direção da maturidade da política externa brasileira. (CERVO, 2010)

⁸ Esse grupo que defendia a interdependência entre a segurança e o desenvolvimento na política externa brasileira do Governo Lula tinha como principais expoentes o Ministro das Relações Exteriores dos dois mandatos de Lula, Celso Amorim, pelo Embaixador Samuel Pinheiro Guimarães e pelo Assessor Especial para Assuntos Internacionais da Presidência da República, Marco Aurélio Garcia.

⁹ Terminologia cunhada por Amado Cervo (2010), o Estado logístico é introduzido pelo governo Cardoso e consolidado com o de Lula.

between nations, raising the national situation at the level of advanced countries, transferring responsibilities to the societies of the former “developing State”, dealing now with societal instances in the realization of their interests” (BERNAL-MEZA, 2010, p.197)

Nesse sentido, o Estado logístico pode ser definido como:

“(...) one that does not lend itself merely to rendering services, as was the case at the time of developmentalism, or to remaining a passive spectator of market forces and hegemonic power, as was the case at the time of neoliberalism. It is a logistic State because it reassumes development’s strategic planning and the function of supporting and legitimizing the initiatives of other economic and social actors, to which it delegates responsibilities and power (...) [it] prevents governments from being incapable of governing owing to international forces.” (CERVO, 2010, p.10)

Um fator importante e que corrobora com a ideia aqui apresentada de que foi no Governo Lula que se aprofundou e se institucionalizou a interdependência entre segurança e desenvolvimento foi a aceitação do conceito de segurança multidimensional, institucionalizado pela OEA em 2003. Conforme destacado pelo Embaixador Samuel Pinheiro Guimarães Neto:

“A consolidação dos regimes democráticos em nosso Hemisfério reflete-se também no desenvolvimento de uma nova concepção de segurança. A abordagem multidimensional da segurança, adotada pela Declaração de Bridgetown, em 2002, e consolidada na Declaração sobre Segurança nas Américas, de 2003, revela a necessidade de introduzir, no tratamento dos temas de segurança, um conjunto de preocupações e outros desafios que vêm somar-se às ameaças tradicionais. Ao mesmo tempo, a Declaração reafirma o direito soberano dos Estados de identificar suas próprias prioridades nacionais de segurança. O Brasil sente-se honrado em poder contribuir para o desenvolvimento desta nova abordagem de segurança no âmbito da OEA (...).” (NETO, 2007)

Num contexto maior, esse interesse por maior participação do Brasil nos assuntos internacionais, como protagonista, em especial nos fóruns multilaterais, estaria condizente com o conceito de potência média. O termo, que surge para descrever o papel ímpar do Canadá em relação à criação das Nações Unidas (KENKEL, 2010, p.645), refere-se, atualmente, ao papel dedicado às instituições multilaterais:

“[i]n modern times, the middle-power role ... has become linked to the development of international organization. International organization is a process, not a finality, and international law is one of its most important products. The middle power’s interest is to support this process, whether in the context of a hegemonic order or (even more vitally) in the absence of hegemony.” (COX, 1989, pp.826-827)

No que pese a diplomacia brasileira contemporânea, muitos autores como Visentini e Silva (2010) defendem a ausência de componentes ideológicos na PEB. Dessa forma, a política externa brasileira destacaria-se por ser diferente daquela adotada pelas grandes potências internacionais, e até mesmo da que fora defendida em momentos anteriores no país:

“Rather than practicing an ideologically strong diplomacy, Brazil developed an active and pragmatic posture, seeking allies for each problem, contesting without challenging the big ones (as in trade negotiations and on the disrespect towards the UN), respecting, although not supporting, the position of problematic countries such as Venezuela, Cuba and Iran.” (VISENTINI & SILVA, 2010, p. 68)

Para os defensores desta posição, é justamente esse pragmatismo que acaba contribuindo para que o Brasil advogue, cada vez mais, o aumento de parcerias no contexto internacional, com vistas à obtenção de uma ordem internacional mais justa e menos assimétrica. Conforme colocado por Cervo, já que a globalização da democracia mostrava-se um objetivo cada vez mais difícil de ser alcançado, como pode ser visto com a dificuldade enfrentada pelos Estados Unidos e aliados na estabilização do Iraque, a “visão brasileira aparece com uma fórmula alternativa: a democratização da globalização¹⁰ (CERVO, 2010, p.9).

Para fins desta dissertação, no entanto, e de forma a sustentar a “visão brasileira” para solução de conflitos, defende-se uma postura menos pragmática da política externa brasileira, não totalmente isenta de ideologias, ainda que essas não sejam de forma alguma semelhantes aquelas adotadas pelas potências internacionais, conforme demonstrado na passagem abaixo, que bem traduz o que aqui se chama de “visão brasileira”:

“A concepção brasileira de intervenção está longe da que prevalece em Washington, Londres ou Paris. Brasília não define sua participação no tema em termos militares e trabalhará para bloquear intervenções unilaterais, mesmo que ocorram em nome de causas nobres. Buscará controlar e limitar o escopo da intervenção por entender que qualquer

¹⁰ De acordo com Cervo (2010, p.9), o primeiro passo rumo a democratização da globalização deu-se com a proposta da política externa de Lula perante a Reunião Ministerial de 2003 da Organização Mundial do Comércio, em Cancun. Esta reunião foi o marco da diplomacia brasileira em busca de uma ordem internacional mais igualitária para os assuntos de comércio internacional

licença para intervir é normalmente abusada pelos mais fortes às custas dos mais fracos.

A atitude brasileira tampouco se parece às da China, Rússia, África do Sul ou Turquia. Nossa ênfase está em temas como provisão de ajuda humanitária, assistência para o desenvolvimento e prevenção de conflitos, três áreas nas quais Brasília tem (ou pode vir a ter) vantagens comparativas. Mas a escolha não é meramente pragmática. Essa é a orientação mais fiel aos interesses e valores que estão por trás de nosso atual processo de ascensão.” (SPEKTOR, 2012)

O próprio ex-chanceler (e atual Ministro da Defesa), Embaixador Celso Amorim, ao descrever sobre o princípio da não-indiferença (ou da solidariedade) deixa claro que essa “visão brasileira” não estaria totalmente isenta de interesses:

“Such [an] attitude of *non-indifference* is not contradictory with the defence of our own interests. We are convinced that in the long run an attitude based on a sense of humanity that favours the promotion of development of the poorest and most vulnerable will not only be good to peace and prosperity around the world. It will bring benefits to Brazil herself, in political as well as economic terms. This dialectic relation between national interest and the exercise of solidarity has been a fundamental aspect of President Lula’s foreign policy.” (AMORIM, 2010, p.225)

Além disso, ao se considerar o Brasil como uma potência média¹¹, conforme exposto acima, é possível observar que as motivações dos países que se encaixam nesta categoria não são baseadas puramente no altruísmo:

“They had an interest in developing a complex arrangement of international political and strategic organizations such as the UN, NATO, and other multilateral institutions, as well as policy instruments like mediation and peacekeeping through which order could be maintained.” (VAN DER WESTHUIZEN, 1998, pp.437-438)

Pode-se considerar que uma das formas pela qual o Brasil vem contribuindo para a democratização da globalização tem sido pela cooperação Sul-Sul¹² e, dessa forma, adquirindo maior vantagem comparativa para a “visão brasileira”. Essa troca de políticas públicas com

¹¹ Outros indicadores que corroboram a posição do Brasil como potência média podem ser encontrados em KENKEL, 2010, pp.652-653.

¹² A cooperação sul-sul surge como contraproposta à cooperação tradicional, ou Norte-Sul, que se dava entre desiguais e tinha por objetivo diminuir as condições de subdesenvolvimento dos países do Sul. A cooperação sul-sul inova ao agregar elementos de desenvolvimento social mais amplos. (COELIN)

os demais países do Sul - que tem por base a corresponsabilidade, a solidariedade e a cooperação desinteressada¹³ - acaba contribuindo para a diminuição da desigualdade entre doador e receptor, bem como para levar a paz a potenciais sítios de conflito, por meio de ações que promovem o desenvolvimento:

“No século XXI a cooperação horizontal deverá crescer e se tornar um dos principais itens da agenda diplomática bilateral dos países em desenvolvimento, tendência que já começou a ser percebida mais claramente nos últimos anos da década de noventa. As potencialidades que a cooperação Sul-Sul oferece para o estreitamento das relações internacionais entre países em desenvolvimento, em praticamente todas as áreas do conhecimento, têm sido objeto de grande atenção por parte dos Governos dos mencionados países. Prova disso é o surgimento, nos últimos anos, de diversos órgãos especificamente concebidos para coordenar e promover essa promissora vertente da cooperação. O trabalho desenvolvido por essas instituições que atuam na promoção da cooperação entre países em desenvolvimento tem superado as expectativas iniciais e respondem, hoje, por parte substantiva dos programas mantidos entre os referidos países, os quais, sem substituir a cooperação vertical, mas ao complementá-la, redimensionaram e enriqueceram a cooperação técnica internacional.” (NASLAUSKY, 2002)

Nesse sentido, esse tipo de cooperação torna-se um valioso instrumento para legitimação do poderio brasileiro no cenário internacional. Como exemplos das práticas brasileiras que buscam diminuir as assimetrias internacionais, levando adiante a assistência técnica aos mais necessitados e sem a imposição de valores liberais/democráticos, estão: a criação de um centro de formação de professores em Angola e no Timor Leste, assim como a criação de um centro empresarial em Luanda. Destacam-se ainda a cooperação via Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária (Embrapa), o Pró-Savana, e a cooperação por meio da Fundação Fiocruz para a instalação da fábrica de antirretrovirais em Moçambique.

Além das iniciativas acima mencionadas, destaca-se no âmbito multilateral o apoio prestado pelo Brasil, em conjunto com a Índia e a África do Sul¹⁴, para a diminuição da desigualdade internacional, bem

¹³ Esses 3 pilares da Cooperação Sul-Sul foram expostos pelo professor Paulo Afonso Velasco, em palestra proferida por ocasião do Seminário de divulgação do Programa de Cooperação Técnica Descentralizada Sul-Sul, ocorrido em 16 de março de 2012.

¹⁴ O diálogo trilateral entre Índia, Brasil e África do Sul, também conhecido como IBAS, teve início em 2003. A parceria tem como objetivo “to contribute to the construction of a

como apoiar na implementação das Metas do Milênio. A criação do Fundo IBAS permitiu o estabelecimento de programas de cooperação técnica em países como Guiné Bissau, Haiti e, mais recentemente, na região da Palestina, aonde se criou um centro poliesportivo:

“The fiduciary fund is used to implement scalable projects to be disseminated in developing countries which may show interest in it. The projects are seen as instances of positive practice in the fight against poverty and hunger, as well as actions in health, education, sanitary safety, and food improvement. The IBSA Facility Fund for Alleviation of Poverty and Hunger, a special fiduciary fund of UNDP, had Guinea-Bissau as its first beneficiary country in the field of agricultural development, followed by a relief project for Haiti concerning solid waste collection.” (VISENTINI & SILVA, 2010, p.60)

Ainda sobre o auxílio prestado pelo Fundo IBAS:

“Os projetos desenvolvidos com o auxílio do Fundo, no Haiti e na Guiné-Bissau, receberam prêmios da ONU e têm sido considerados como exemplos em processos de construção da paz. O Fundo IBAS é um testemunho de que não é preciso ser rico para ser solidário e ajudar aos mais pobres.” (AMORIM, 2007, pp.17-18)

A criação da Comissão para a Consolidação da Paz¹⁵ também se destaca como importante marco das ações brasileiras no escopo da segurança e desenvolvimento:

“Para o Brasil, a Comissão para Consolidação da Paz representa a confirmação do princípio de interdependência entre desenvolvimento e paz; a constatação de que, na ausência de atuação sistêmica na construção das bases sociais e econômicas que levam ao desenvolvimento, a paz não pode ser sustentada em países emergentes de conflitos ou tendentes a experimentá-los.” (NEVES, 2009, p.10)

Essa Comissão tinha como intuito ser um órgão responsável pela articulação entre os temas de segurança e de desenvolvimento, na ONU (Ibid, p.86). O Brasil apoiou a criação da Comissão de Construção da Paz por acreditar que seria errado ignorar a ligação entre elementos socioeconômicos e casos de falta de segurança. Segundo o ex-chanceler brasileiro:

new international architecture, to bring their voice together on global issues and to deepen their ties in various areas. IBSA also opens itself to concrete projects of cooperation and partnership with less developed countries” (www.ibsa-trilateral.org)

¹⁵ A consolidação da paz (ou peacebuilding, em inglês) “significa, em sentido amplo, criar condições para que se sustente no tempo e eliminar a possibilidade de recorrência de conflito. (NEVES, 2009, p.20)

“Para o Brasil, o aperfeiçoamento da estabilidade e da segurança está diretamente vinculado à criação de condições de desenvolvimento para a maioria dos países. Privilegiamos um sistema de segurança coletiva verdadeiramente multilateral. A força militar só deve ser usada como último recurso, nas condições claramente estabelecidas pela Carta da ONU, uma vez esgotados todos os esforços diplomáticos.” (AMORIM, 2007, p.11)

A criação da Comissão para Consolidação da Paz mostra-se importante estratégia de inserção internacional do Brasil para o Século XXI, conforme defende a diplomata Gilda Motta Santos Neves:

“Além desse evidente mérito intrínseco, a criação do novo órgão ofereceu – e continua a oferecer – para o Brasil, oportunidade singular de valorização de suas credenciais como ator relevante no cenário internacional, em múltiplas dimensões: per se, em função de seu peso econômico e populacional; como agente de projeção da presença latino-americana nas Nações Unidas; como elemento de aglutinação de posições entre países em desenvolvimento; e no fortalecimento da ordem multilateral, por oposição ao utilitarismo de países mais influentes.” (NEVES, 2009, p.25)

Na esfera militar, forma tradicional de se medir o poder de influência no sistema internacional, conforme visto no capítulo 2, o Brasil acaba compensando a ausência de capacidade militar – se comparado à das grandes potências militares. Isto acaba servindo como uma forma de apoio ao *link* que se forma entre segurança e desenvolvimento:

“With its ability to form consensuses, Brazilian diplomacy offsets the armed forces’ scarce means of dissuasion and defense. This is why it extols Brazil’s international role in security matters. It berates the United States unilateral preemptive action, the doctrine of European intervention and terrorism; in addition, it links security to development and to the combat of hunger. It proposes a strategy of favoring negotiation over the resort to violence for the solution of conflicts and the maintenance of peace. It points out the positive effects of its praxis on the construction of peace and calls for the democratization of decisions at the Security Council as another way of achieving reciprocity in the multilateral order.” (CERVO, 2010, p.17, ênfase minha)

E ainda:

“As a result of historical military interference in political governance and the country’s regional developmental disparities, the Brazilian Army has extensive experience in implementing infrastructure, development and health programmes, as well as internal missions to quell crime and political unrest (...) in the context of peace operations it presents an important comparative advantage over Northern troops without such experience.” (KENKEL, 2010, p.653)

Dentro desse contexto, é importante destacar o fortalecimento de um novo e expressivo ator na política externa para assuntos relacionados à segurança e desenvolvimento: o Ministério da Defesa. Esse movimento é importante, uma vez que descentraliza o processo decisório sobre política externa brasileira, contribuindo para democratizar as escolhas governamentais que são feitas nessa esfera. Isso fica claro com o envio das tropas para o Haiti em 2004:

“Moreover, the deployment of Brazilian troops and command forces in Haiti reveals the rising of a new actor in Brazil’s foreign policy on security: the Ministry of Defense. All of the activities in Haiti – from training and sending troops to the coordination of Brazilian military and civilian personnel – are in charge of the Ministry of Defense (...) This could mean that the conduction [sic] of Brazil’s foreign policy agenda on security is not anymore monopolized by Itamaraty.” (VILLA & VIANA, 2010, p.97, ênfase minha)

Ainda que se reconheça essa tendência atual de revitalização do setor militar brasileiro, faz-se necessário destacar que, assim como ocorre com a política do País para a América do Sul, a “visão brasileira” não enxerga as ameaças internacionais unicamente pelas lentes da segurança (VILLA & VIANA, 2010, p.111). Por esse motivo é que se defende a “visão brasileira” como importante modelo a ser seguido no cenário internacional no que diz respeito aos processos de construção da paz.

No campo jurídico, a “visão brasileira” estaria pautada pelo princípio da não-indiferença ou da solidariedade:

“A partir do atual governo, tem-se visto uma atuação diferenciada de política externa. As necessidades econômicas, sociais e políticas pelas quais tem passado as populações de alguns países forçaram a estruturação de relações internacionais imbuídas de valores humanistas que, como tais, escapam às lógicas reducionistas que pautaram as atuações dos Estados nacionais até então.” (SEITENFUS, ZANELLA & MARQUES, 2007)

Como exemplos da aplicação do princípio da não-indiferença pelo Brasil estão, não apenas a contribuição do País ao Haiti, mas o perdão da dívida de países africanos e a postura adotada no caso da nacionalização dos hidrocarbonetos bolivianos.

4.4

Aplicação da visão brasileira: o caso do Haiti

A seguir, será abordada a aplicação desta visão brasileira para a segurança e o desenvolvimento, utilizando-se o exemplo do caso haitiano. A escolha do caso deu-se, particularmente, por acreditar reunir uma série de fatores fundamentais para demonstrar essa “visão brasileira” para segurança e desenvolvimento. Além disso, de acordo com o ex-Embaixador brasileiro para o Haiti, Igor Kipman (2012), o Haiti tornou-se “laboratório para experimentos brasileiros nas áreas civil e militar”, beneficiando, assim, ambas as nações.

Antes, no entanto, de se abordar a participação do Brasil na resolução daquele conflito, será feita uma breve introdução sobre de que forma o Brasil iniciou seu envolvimento na resolução da crise naquele país da América Central.

4.4.1

Especificidades do caso

A crise política mais recente do Haiti teve início em fevereiro de 2004. De acordo com informações dos governos norte-americano e francês, a população haitiana se insurgiu contra o então presidente do país, Jean-Bertrand Aristide¹⁶. O levante popular, que teve início em Gonaïves, rapidamente se espalhou pelo país, levando à renúncia de Aristide que acabou buscando asilo junto à África do Sul¹⁷. O governo interino, que assumiu o poder após a saída de Aristide, teria solicitado auxílio das Nações Unidas, a fim de recuperar a estabilidade política naquele país. E, dessa forma, estaria justificada a intervenção internacional no país caribenho.

¹⁶ Aristide já havia ocupado o cargo de Presidente do Haiti em mandato anterior (1994-1996).

¹⁷ As informações sobre o levante popular foram obtidas em diversos periódicos da época e em anotações pessoais de estudo.

A versão, no entanto, é contestada por alguns especialistas, com base em depoimentos do próprio Aristide. Isso justificaria a intervenção internacional:

“Aristide partiu pela segunda vez para o exílio, afirmando ter sido sequestrado por 20 soldados norte-americanos e levado à África, onde permaneceria pelos próximos anos. ‘Diga ao mundo que isso foi um golpe. Que os americanos me raptaram’, teria dito o presidente deposto ao deputado norte-americano Randall Robinson. [...] O porta-voz da Casa Branca, Scott McClellan, revelou à imprensa internacional que o governo dos Estados Unidos apenas havia tomado providências para proteger Aristide, sua família e o Haiti.” (KAWAGUTI, 2006, pp. 30-31)

Em 29 de fevereiro do mesmo ano, a Resolução 1529 do Conselho de Segurança da ONU (S/RES/1529 (2004)) autorizou o envio de uma Força Multinacional Interina (MIF) a ser liderada pelos Estados Unidos. No dia seguinte, um grupo de *marines* chega a Porto Príncipe com o objetivo de restabelecer a ordem no país (NASCIMENTO, 2009, p.23).

Enquanto isso, nos bastidores, o líder francês, Jacques Chirac, em conjunto com o Secretário Geral da ONU em exercício, Kofi Annan, convidavam o Brasil para liderar militarmente uma força de paz a ser criada em futuro breve (DINIZ, 2006, p.327). Após debates no Conselho de Segurança da ONU, em 30 de abril de 2004, foi estabelecida a Missão da ONU para estabilização no Haiti (MINUSTAH). De acordo com a Resolução aprovada pela máxima instância para questões de segurança da ONU (S/RES/1542 (2004)), o mandato inicial foi estabelecido por 6 meses. O comando militar¹⁸ da missão multidimensional foi assumido pelo Brasil, que se comprometia a lutar pela: “segurança do país, a reconciliação ou coexistência entre as diversas forças políticas e o apoio ao desenvolvimento econômico e social do Haiti.” (AMORIM, 2007, p.10)

Inicialmente, o envolvimento brasileiro na missão da ONU no Haiti mostrou-se um assunto bastante polêmico. Isso se dava, em particular, pelas demonstrações contrárias à ocupação internacional naquele País, o que abria margem para que se acreditasse na ausência de consentimento da população civil. Nesse contexto de incertezas, a opinião pública e as forças políticas brasileiras, tanto da situação, quanto da oposição,

¹⁸ Sendo representado pelo General Augusto Heleno (*force commander*).

mostraram resistência quanto ao envolvimento brasileiro no comando da MINUSTAH. Alegavam que o Brasil estaria defendendo interesses imperialistas de potências ocidentais, em especial França e Estados Unidos. Argumentavam ainda que os valores dispendidos com o envolvimento do País na operação do Haiti deveriam ser empregados para solucionar os problemas domésticos (DINIZ, 2006, pp.328-330).

Outra crítica recorrente acerca da participação brasileira na MINUSTAH era a de que o envolvimento naquela missão de paz seria incompatível com a tradição diplomática de nosso país, uma vez que o mandato da resolução 1542 era baseado no Capítulo VII da Carta da ONU. No entanto, conforme a interpretação de Diniz (2006) o entendimento de Brasília era o de que:

“(...) na Resolução n. 1.529, a referência ao fato de que o Conselho de Segurança está “agindo com base no Capítulo VII” da Carta é feita já no preâmbulo dessa Resolução; já na Resolução n. 1.542, esta referência ao Capítulo VII da Carta é feita apenas no § 7 – o que indicaria, na interpretação do governo brasileiro, que apenas esse parágrafo é baseado no Capítulo VII, e não toda a Resolução n. 1.542; de acordo com esta interpretação, portanto, a MINUSTAH não estaria baseada no Capítulo VII, sendo uma Operação de Manutenção da Paz.” (Ibid, p.331)

Dentro desse contexto, com a finalidade de justificar uma possível dissonância com os princípios básicos que regem as relações internacionais do Brasil, a burocracia itamaratiana, juntamente com a alta cúpula do Ministério da Defesa, empenhou grande esforço retórico ao relacionar o envolvimento do país no Haiti com laços de solidariedade regional, auxílio humanitário para combater a fome e a pobreza e a tentativa de reconstruir e fortalecer as instituições democráticas naquele país:

“Essa resolução incorporou, com apoio brasileiro, elementos de consolidação da paz inovadores que visam a auxiliar o povo haitiano a coordenar esforços para promover desenvolvimento econômico e social, “em particular para o longo prazo, de maneira a sustentar a estabilidade e combater a pobreza”; assistir o Governo haitiano “a traçar estratégia de longo prazo a esse respeito”; e prever possível adaptação da Missão a mudanças na situação política, de segurança ou de desenvolvimento econômico do país. O Brasil também atuou para que o mandato da MINUSTAH contemplasse tarefas de promoção dos direitos humanos e da reconciliação política.” (MRE, 3.2.17, p.3)

Já a literatura acadêmica justifica a participação do Brasil no Haiti por meio do conceito de potência emergente clássica:

“Brazilian regional leadership reflects the classic emerging power stance of seeking to maintain elements of the global order that favour its preponderance in relation to its neighbours, while seeking to reform those elements that are disadvantageous with regard to the major powers. This is true of Brazil’s regional leadership of the South American contribution to MINUSTAH.” (KENKEL, 2010, p.654)

4.4.2

Andamento da aplicação da “visão brasileira” e a participação no Haiti

Pode-se questionar em que medida as justificativas brasileiras para o envolvimento na pacificação do Haiti não seriam usadas de forma semelhante às daquelas das grandes potências do Norte. Estaria também o discurso brasileiro- de preocupações humanitárias e de defesa da participação na construção da paz haitiana- camuflando interesses políticos e a tentativa de construir um novo governo naquele país, baseado nos princípios do liberalismo?

As desconfianças internas e externas em relação ao envolvimento brasileiro no Haiti foram diminuindo ao longo dos anos. A participação brasileira vem-se destacando pelo envolvimento tanto de atores militares, quanto de representantes da sociedade civil brasileira¹⁹, mostrando uma coordenação de esforços em diferentes áreas. Isso seria um esforço sem precedentes para a história da política externa brasileira:

“O Haiti é um laboratório para nós, nas áreas militar e civil, de governo e de sociedade civil. Aqui temos aprendido muito na área de cooperação. Desde 2004, temos feito experiências com cooperação triangular. Já tivemos projeto Canadá-Brasil-Haiti na área de saúde, já tivemos Espanha-Brasil-Haiti na área de reflorestamento. Isso tudo é aprendizado que fica. É amplamente benéfico para Haiti e extremamente interessante para nós. Mas não há ingerência porque estamos aqui a convite do governo haitiano e por determinação do Conselho de Segurança da ONU, com mandato absolutamente correto do ponto de vista do direito internacional.” (KIPMAN, 2012)

¹⁹ Destaca-se, aqui o papel da ONG Viva Rio.

A interdependência entre elementos de segurança e de desenvolvimento²⁰ vem definindo a participação brasileira no Haiti e auxiliando o Brasil a renovar e aumentar suas credenciais junto à comunidade internacional no que diz respeito à inserção no cenário internacional e, particularmente às operações de paz:

“o incontestável sucesso obtido na melhora dos níveis de segurança no Haiti, tem servido de exemplo e inspiração par a ONU, bem como para as forças de diversos outros países.” (BRAGA, 2010, p.15)

Prova desse sucesso dos esforços brasileiros no Haiti, conforme menciona Braga, é o fato de o comando militar da MINUSTAH permanecer desde o início com o Brasil, fato não muito comum nas operações de paz do sistema ONU. Esse êxito somente foi possível pelo fato de que as estratégias escolhidas pela burocracia brasileira não envolviam, em suas atividades prioritárias, tentativas de imposição de valores, mas sim ações que capacitassem as autoridades locais a reconstruírem e fortalecerem o país de acordo com seus próprios preceitos. Isso pode ser observado pela fala do Embaixador Kipman:

“A prioridade estabelecida pelo governo brasileiro é fortalecer o governo e demais instituições haitianas, para que possam conduzir por seus próprios meios a refundação e o desenvolvimento do país. As principais linhas de atuação da cooperação brasileira no Haiti, além de sua participação majoritária na Minustah, concentram-se em agricultura, saúde e educação, áreas que já recebiam atenção antes da catástrofe e que ganharam novo ímpeto ao longo dos últimos meses.” (KIPMAN, 2010)

Ainda no mesmo contexto, o Embaixador Amorim (2010) exalta as conquistas obtidas pelo Brasil no Haiti, ressaltando a importância das estratégias focadas na busca do desenvolvimento daquele país, um diferencial da diplomacia brasileira:

“Since 2004, Brazil has had the responsibility of leading the military component of the United Nations Mission in Haiti (MINUSTAH), committing herself to the stabilization of the Caribbean country after a period of turmoil and political instability. At the same time as our military achieved the demobilization of armed gangs, bringing peace to Port-au-Prince shantytowns, the Brazilian Government has been carrying out a series of

²⁰ “Além da presença de batalhão de infantaria, o Brasil contou com companhia de engenharia, que contribuiu na construção de estradas e poços artesianos e no apoio a projetos de cooperação. O Haiti contou, também, com forte cooperação técnica bilateral brasileira em diversas áreas” (MRE, 3.2.17, p.3)

civilian activities aimed at tackling problems related to poverty, infrastructure and development.” (AMORIM, 2010, p.225)

Além disso, de acordo com dados do Bando Mundial (MRE, 3.2.17, p.3), o Produto Interno Bruto (PIB) haitiano vinha apresentando crescimento entre 2005 e 2007, sendo prejudicado apenas pela crise alimentar de 2008 e, posteriormente, pelo terremoto de 2010. As respostas econômicas positivas foram consideradas decorrentes: “(...) da nova abordagem que buscou, para além da segurança, garantir que a população haitiana pudesse desenvolver-se e usufruir dos dividendos da paz.” (Ibid). De acordo com o ex-Chanceler brasileiro:

“O resultado têm sido muito positivo. Visitei Porto Príncipe várias vezes. A cada ocasião, notava-se melhora crescente nas condições de segurança. A vida no bairro/favela de Cité Soleil, outrora dominado por gangues e bandidos, aos poucos volta ao normal. Pude comprovar isso pessoalmente na minha última passagem pelo Haiti, no final de setembro deste ano. Não é ainda o cenário ideal, mas houve, sem dúvida, uma evolução. Estamos fortalecendo a polícia nacional e as demais instituições do Estado haitiano. Continuamos engajados em projetos de cooperação, bilateralmente ou em parceria com terceiros países e instituições.” (AMORIM, 2007, p.10)

Ainda mais importante é o fato de que todo esse trabalho vem sendo feito sem a imposição de um modelo liberal, como o seguido pela maior parte dos países envolvidos na estabilização de conflitos. Dessa forma, a “visão brasileira” para inserção internacional, ao qual este trabalho faz referência, vem ganhando visibilidade e respeito internacional por propor uma tratativa para resoluções de conflitos e questões de segurança que buscam evitar o uso da força ou a imposição de modelos políticos ocidentais.

Até mesmo a Academia que muito se mostrou reticente no início do envolvimento brasileiro na MINUSTAH²¹ tem-se mostrado positiva aos resultados obtidos até o momento:

²¹ Alguns acadêmicos ainda se mostram céticos e críticos quanto à participação do Brasil na MINUSTAH. Fernando Cavalcante (2010), por exemplo, deixa clara sua opinião crítica em relação ao envolvimento do País nas operações de paz ao analisar o caso do Haiti. O autor destaca a falta de compreensão estratégica do Brasil para operações de paz ao demonstrar as diferentes posições adotadas para com aquele país na crise da década de 1990 em comparação à atual. Reconhecendo a opinião do autor, acredito ser uma análise superficial, que não reconhece as diferentes conjunturas interna e externa dos dois momentos de crise no Haiti. Como mostrado anteriormente neste trabalho, os

“(...) two core elements of the Brazilian approach to carrying out the MINUSTAH mandate in Haiti [are] (...) a focus on integrated development and peacebuilding over peace enforcement; and engagement based on cultural affinity and close contact with the host country population. Both historically and increasingly so under the Lula administration, Brazil has placed an important domestic and foreign policy focus on economic development. The way in which this focus has found its way into Brazil’s activities in the Haitian context constitutes a distinct comparative advantage for the country – indeed Brazil has repeatedly called for the MINUSTAH mandate to be amended to strengthen its long-term development component.” (KENKEL, 2010, p.656)

Ainda segundo Kenkel, o discurso brasileiro segue de forma a expor que (ibid, p.657): “whereas Haitians ran in fear from US troops during the occupation of 1994-2004, today Brazilian foot patrols are greeted with banter and open arms.”

A “visão brasileira” no Haiti seria, de acordo com Seitenfus, exemplo de resposta eficaz para solucionar conflitos, ou seja, de uma diplomacia solidária²²:

“Em outras palavras, para dotá-los de um nível de capacidade de intervenção nos conflitos que os afetam é necessário que eles demonstrem capacidade de elaboração de uma nova matriz ideológica e operacional capaz de fornecer uma alternativa ao atual sistema de solução de litígios. A presença brasileira no Haiti corresponde ao exercício de uma diplomacia solidária e insere-se nesta perspectiva.” (SEITENFUS, 2008, p.54)

O próprio conceito de diplomacia solidária, cunhado por Seitenfus, expressa essa dedicação crescente com a interdependência entre segurança e desenvolvimento:

“A diplomacia solidária pode ser definida como sendo uma concepção de uma ação coletiva internacional e sua aplicação, sob os auspícios do CS, num conflito interno ou internacional, feita por terceiros Estados desprovidos de motivações correntes de seu interesse nacional e movidos unicamente por um dever de consciência ou por interesses difusos.” (Ibid, p.54).

Ainda para Seitenfus, essa forma de intervenção não gera ganhos reais para o interventor, apenas fortalecendo o sistema multilateral. Por

líderes atuais percebem a necessidade de o Brasil se envolver mais em questões de paz e segurança de forma a não se por à margem do sistema internacional.

²² Ainda para Seitenfus, essa forma de intervenção não gera ganhos reais para o interventor, apenas fortalecendo o sistema multilateral. Por isso, seria uma contraproposta viável ao modelo atualmente usado pela própria ONU e por algumas potências de forma bilateral.

isso, seria uma contraproposta viável ao modelo atualmente usado pela própria ONU e por algumas potências de forma bilateral, ainda que se compreenda que as motivações brasileiras não são totalmente desprovidas de interesses e pautadas apenas pelo altruísmo.

Deve-se, no entanto, levar em consideração que, por ser uma nova abordagem para solucionar conflitos internacionais, não se pode comprovar empiricamente²³ a total eficácia da proposta brasileira:

“A grande incógnita colocada pela diplomacia solidária é saber se essa nova forma de intervenção possui a capacidade de ser reestruturante e aportar benefícios duradouros à população do país e à organização de um Estado que responda aos desafios do presente. Ou seja, ao contrário, ela é simplesmente uma nova roupagem para uma velha prática que provocou, entre outras consequências, uma dependência crônica e uma desresponsabilização social nas sociedades e Estados objetos de intervenção.” (Ibid, p.55)

Ainda assim, mostra-se como uma iniciativa louvável na busca por um projeto que inclui estratégias de desenvolvimento nas iniciativas de segurança, tentando tratar das raízes profundas dos conflitos e preocupando-se em não imprimir pressão²⁴ de setores de interesses objetivos (financeiros, militares, diplomáticos, estratégicos, políticos, etc), nem da opinião pública para que o Estado agisse naquele conflito. Como o Embaixador Celso Amorim afirmou, o Brasil está “profundamente comprometido no Haiti, política e emocionalmente...” (Ibid, p.55):

“One clearly sees the genesis of a promising and original approach to peacebuilding, derived closely from Brazil’s status as an emerging power, which, given the chance for refinement and expansion, may yet serve as the basis for a serious challenge to the ‘liberal peace’”. (KENKEL, 2010, p.658)

Por fim, no que diz respeito a uma retirada das tropas daquele País, as autoridades brasileiras apresentam discurso cauteloso e condizente com a “visão brasileira” de defesa de soluções duradouras de conflitos. De acordo com o Embaixador Kipman (2012):

²³ Em especial pelo fato de que as forças internacionais da ONU ainda se encontram em território haitiano.

²⁴ Como resultado indireto, essa “visão brasileira” acaba por contradizer a teoria realista das Relações Internacionais e a defesa que esta faz dos interesses nacionais.

“Nenhum povo gosta de ver seu país com forças estrangeiras. O haitiano quer que nós vamos embora? Quer. Mas todos os níveis, do presidente aos moradores de Cité Soleil, entendem que não pode ser uma retirada precipitada e imediata, com risco de ter retrocesso às condições de 2004, quando áreas de Porto Príncipe eram controladas por gangues.

Em 2004, quando escurecia, não havia rigorosamente nenhuma iluminação, e não se via vivalma na rua. As pessoas se recolhiam, era insegurança total. Hoje tem comércio, tem gente. Todos entendem que não é ainda o momento, por isso que defendo retirada gradual à medida que a Polícia Nacional Haitiana e ou a nova força que o presidente mencionou possam se ocupar sozinhas das forças do país.” (Ibid)

Sendo assim, deve haver a preocupação, por parte das autoridades brasileiras, para que a retirada não seja prematura, a fim de não recorrer aos mesmos erros anteriores e de modo a permitir que o Haiti assuma o desenvolvimento com suas próprias mãos. Somente então será possível constatar definitivamente a verdadeira viabilidade da visão proposta pelo Brasil.